

UNIVERSITÁRIOS S/A: EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DOS TALENTOS NAS MÍDIAS CONTEMPORÂNEAS

Roberto Rafael Dias da **Silva** – UNISINOS

Agência Financiadora: CAPES

Oportunidade. Mercado promissor. Executivo. Estabilidade. Emprego garantido. Sonho consumado. Prêmio. Rotina. Empresa. Estágio remunerado. Valorização. Sucesso. Conquista. Treinamento. Versatilidade. Disputa acirrada. Concorrência. Profissional. Formação diversificada. Realização pessoal. Talento. Empreendedor. Criatividade.

As palavras que abrem este texto não foram extraídas de nenhum manual de administração de empresas ou de economia aplicada. Essas palavras vêm integrando discursos pedagógicos contemporâneos de tal forma que pensar as instituições de ensino, a formação do sujeito ou mesmo suas estratégias de trabalho partem de uma lógica empresarial. O caderno Vestibular, encarte semanal do jornal Zero Hora (RS), é um dos lugares que colocam em movimentação implicações entre os fazeres pedagógicos com as práticas administrativas contemporâneas, fazendo das mídias campos de visibilidade para esta trama. Na esteira desta argumentação inicial é que aponto que o sujeito universitário, nesse novo campo discursivo visibilizado nesta investigação, toma o lugar de um “empresário de si” – o que conta não é a formação acadêmico-científica, mas as competências para manter-se ativo no mercado neoliberal. Enfim, o que conta é formação para a preparação de outro perfil, ocorrendo um deslocamento do campo acadêmico para o profissionalizante, possibilitando condições para a emergência de uma lógica empresarial na constituição dos sujeitos universitários.

Os entendimentos clássicos no campo da administração posicionam a organização de uma empresa sob três possibilidades. Uma primeira, na qual o centro gerencial se encontra na figura do empresário, aquele que centraliza e exerce profissionalmente essa atividade de caráter econômico, na condição de proprietário; essa pessoa arca individualmente com os riscos e desafios de sua organização empresarial. Uma segunda possibilidade é a sociedade limitada, na qual duas ou mais pessoas são as proprietárias do empreendimento, fornecendo-lhe capital de investimento e assumindo, entre um pequeno grupo de sócios, os lucros e os prejuízos da atividade. Uma terceira possibilidade, mais própria da dinâmica do capitalismo contemporâneo, é a sociedade anônima, que, diferentemente das anteriores, não pertence a uma única pessoa ou a um grupo fechado de

sócios, mas a um conjunto de acionistas. Uma sociedade anônima tem um caráter impessoal, uma vez que vende ações permanentemente para levantar capital e manter-se atuante em diferentes mercados. Opera em uma lógica mais flutuante, ramificando-se por inúmeras regiões, sendo gerida por uma multiplicidade de acionistas que, muitas vezes, nem mesmo conhecem a própria empresa de que participam. O capitalismo contemporâneo, em especial, no nível das empresas transnacionais, mobiliza-se segundo uma multiplicidade de estratégias dinâmicas.

Procurando acentuar os entendimentos acerca das sociedades anônimas, o sociólogo Daniel Bell aponta que elas “são instituições que visam à economia; mas, para seus membros, elas são também maneiras de viver” (BELL, 1977, p. 323). Procurando entender a dinâmica do capitalismo contemporâneo, compartilho das considerações feitas por Bell e aponto que os sujeitos universitários constituídos nessas tramas fazem dos regimes empresariais modos de conduta, o que me leva a nomeá-los provisoriamente como “Universitários S/A”. Como aponta o sociólogo, o sujeito constituído sob esse registro, numa sociedade livre e produtiva, toma como condições de vida “o individualismo, a racionalidade, a perfeita informação e a opção racional”, fazendo com que “o bem da sociedade seja a soma de coisas úteis para os indivíduos” (BELL, 1977, p. 338).

Do entendimento de que no novo capitalismo (SENNETT, 2006) o capital se volatiliza, assim como as relações de trabalho se fazem mais instáveis e líquidas (BAUMAN, 2001), considero que a constituição das subjetividades contemporâneas emerge regida por essa lógica. Disso deriva o modo como analisei a produção do sujeito universitário deste tempo, um Universitário S/A, como já foi apontado. Entendo que essa constituição se dá sob a movimentação de regimes de práticas mobilizados por um conjunto de estratégias e de táticas. A noção de estratégia, de uma perspectiva foucaultiana, é utilizada “para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo” (FOUCAULT, 1995, p. 247). Utilizo estratégias para designar as racionalidades operantes na condução das condutas dos sujeitos universitários, ativadas e potencializadas por um conjunto de táticas que operam na gestão micropolítica desses sujeitos.

Com essa perspectiva, passo a apresentar algumas estratégias que consigo visibilizar neste momento nos regimes de práticas (DEAN, 1999) mobilizados. Organizei o

presente artigo em quatro seções. Na primeira procuro descrever as tramas da investigação que originou este breve relato, indicando rapidamente suas prerrogativas metodológicas e suas questões centrais. Na segunda seção descrevo uma estratégia de governo dos sujeitos universitários: a questão do empreendedorismo, estratégia esta que conduz o sujeito universitário a um jogo permanente de conquistas pessoais no mercado de trabalho. Na terceira seção descrevo uma outra estratégia que se remete a gestão dos talentos destes sujeitos, convidando-os a buscar movimentar seus talentos naturais em competências diferenciadas e inovadoras. Na quarta seção, aquela que finaliza este texto, procuro descrever alguns entendimentos das noções de governo e governamentalidade, ferramentas analíticas de Michel Foucault que me deram condições para visibilizar estes modos de constituição dos sujeitos universitários na contemporaneidade.

1. Das condições da pesquisa

As condições acima descritas levaram-me a querer compreender algumas questões do contemporâneo. Procurei no desenvolvimento desta pesquisa compreender o presente em suas múltiplas tramas; mais especificamente, busquei investigar as tramas que emergiam do caderno Vestibular/ZH. Desta forma, tomei como tema de pesquisa os modos de constituição de sujeitos universitários na contemporaneidade e como questão central desta pesquisa: **Como são constituídos sujeitos estudantes universitários pelos regimes de práticas que se movimentam nas tramas discursivas das capas do caderno Vestibular/ZH?**

Para desenvolver esta analítica tomei como materialidade investigativa 20 edições do caderno Vestibular/ZH publicadas no período entre julho de 2006 e julho de 2007. O caderno Vestibular é um suplemento publicado semanalmente pelo Jornal Zero Hora (RS) dirigido aos estudos em processo preparatório para ingresso na universidade. Aponte que estes materiais guiam, orientam, contribuem, criam pautas para o seu público. Ao dirigir meu olhar para este produto midiático, procurei reconhecê-lo como espaço de visibilidade das culturas contemporâneas.

Procurei analisar a constituição dos sujeitos universitários, reconhecendo-os como descentrados e instáveis em suas posições, o que me conduzia a pensar fora das

preocupações de uma suposta influência perversa das mídias. Seguindo Roger Silverstone (2002), em *Estudos Culturais na Comunicação*, sentia-me convidado a pensar nossas relações com esses materiais de forma nômade, como viajantes, “movendo-nos de um lugar para outro, de um ambiente midiático para outro, estando às vezes em mais de um lugar ao mesmo tempo” (SILVERSTONE, 2002, p. 23). As mídias adquiriram grande centralidade na compreensão das dinâmicas culturais da atualidade, pois elas filtram e moldam “realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

Para aproximar-me analiticamente desta questão montei algumas estratégias que me auxiliavam a olhar para estes materiais, movimentações estas que me levavam a uma maior e intensa aproximação aos conceitos do filósofo Michel Foucault. Ao operar com uma intercessão foucaultiana, não me filiei a nenhuma escola filosófica em seu sentido clássico, pois tal como a ressalva feita por Veiga-Neto (2005) “Foucault, na contramão da corrente, ele não quer criar um sistema, nem mesmo alguma teoria filosófica, mas quer dar liberdade à sua filosofia” (p. 25). A primeira aproximação com os materiais foi inspirada na noção de monumentos (FOUCAULT, 2007), produzida pelo filósofo em seu primeiro domínio teórico. Tentei tornar produtiva uma atitude de “leitura monumental”, que me possibilitava ler os enunciados que emergiam das tramas de Vestibular/ZH em sua superfície e sua exterioridade. Nisso, postulo uma recusa aos recursos da interpretação, em seu sentido hermenêutico, mas vislumbro uma leitura das exterioridades dos materiais (FISCHER, 2001). Esta leitura das exterioridades levou-me a desencadear um segundo movimento metodológico, procurando tornar visíveis os regimes de práticas de regulavam as condutas destes sujeitos (DEAN, 1999).

Apontei, desde esta inspiração teórica, que os regimes de práticas (ou regimes de governo) operam desde uma mobilização de táticas e de estratégias. Por estratégia, entendi os saberes ou as racionalidades que mobilizam a constituição contemporânea de um determinado sujeito, no caso, o universitário. Logo, os grandes regimes de verdade do neoliberalismo, como a empregabilidade ou a responsabilidade social, operam como meios empregados para atingir determinados fins (FOUCAULT, 1995). Por táticas, entendi as ações/práticas micropolíticas que conduzem as condutas dos sujeitos, encaminhando para

formas específicas de governo das subjetividades. Então, os modos de gestão dos corpos, das mentes ou das carreiras propostos por Vestibular/ZH foram entendidos neste estudo como táticas. No limite, posicionei as táticas como práticas mobilizadoras de determinadas estratégias. Conforme já foi evidenciado, meu objetivo para este texto está em descrever duas estratégias: o empreendedorismo e a gestão dos talentos. Na seção seguinte apontarei a primeira estratégia.

2. Para a conquista não há limites!

Uma das racionalidades governamentais emergentes das análises das 20 edições dos cadernos Vestibular/ZH é a forma como o ingresso na universidade é caracterizado como uma conquista. Conquista apontada não apenas como sedução, merecimento ou vitória em uma jornada, mas conquista em um sentido concorrencial, objeto de uma ação disputada e vencida contra alguém. Mais especificamente, essa dinâmica concorrencial é constituída em um sentido bélico, na possibilidade de ganhar a qualificação e o espaço no mercado de trabalho. Para tanto, algumas situações, dentre outras possíveis, podem ser visibilizadas nos regimes de práticas que emergem da exterioridade do material analisado: estar na universidade é uma conquista somente possível para quem estuda de verdade; essa conquista constitui-se como produto de esforço e de treinamento constantes; essa conquista emerge ligada às oportunidades. No limite, essa noção de conquista provoca os sujeitos a desafiarem a si mesmos, sempre desejando mais. A conquista, como racionalidade governamental, emerge não apenas em um sentido concorrencial, mas em um sentido permanente; afinal, para a conquista, não há limites!

De imediato, é possível notar os modos como essa idéia de conquista é produzida fazendo com que os próprios estudantes sejam responsabilizados por elas. O sociólogo Zygmunt Bauman (1998) tem argumentado que esse processo de individualização das responsabilidades pelo desempenho e mérito tem uma história relativamente recente. No período do Estado de Bem-estar Social, em que os empregos eram duradouros e o futuro poderia ser planejado devido à estabilidade das relações de trabalho, “a indústria proporcionava trabalho, subsistência e segurança à maioria da população” (BAUMAN, 1998, p. 51). Ao Estado, cabia a função de garantir os meios de manter a população

empregável e, nos curtos períodos de desemprego, arcar com os custos sociais. Entretanto, as mudanças ocorridas nas últimas décadas fizeram com que essa configuração de Estado fosse tomada como “uma ameaça aos contribuintes”, sob a alegação de que não era mais possível custeá-lo. Em face disso, o Estado altera sua posição e delega suas responsabilidades, transferindo-as para os próprios sujeitos.

Recusa a responsabilidade por sua má sorte – exatamente como abandonou a antiga tarefa da “reacomodação” da mão de obra. Não há mais seguro coletivo contra os riscos: a tarefa de lidar com os riscos coletivamente produzidos foi privatizada (idem, p. 52).

Considero que são essas paisagens de privatização das responsabilidades que dão condições de possibilidade para que a estratégia da conquista seja potencializada. O estar na universidade é enunciado como uma conquista em um tempo-espço marcado pela individualização das responsabilidades. A idéia de conquista não apenas responsabiliza os leitores de Vestibular/ZH, como também os interpela, capturando-os para entrarem no jogo individual da busca pelo sucesso no mercado de trabalho. Dessa perspectiva, a conquista do ingresso em um curso superior pode conectar-se com a noção de consumo, na medida em que não são quaisquer cursos que ganham visibilidade nas capas do suplemento analisado. “Ao contrário do processo produtivo, o consumo é uma atividade inteiramente individual. Ele também coloca os indivíduos em campos opostos, em que freqüentemente se atacam” (idem, p. 54). A própria noção de formação universitária, ao ser tratada no jogo da conquista, faz da economia o saber constitutivo das relações sociais, pois o que importa consideravelmente é uma relação de custo-benefício: fazer um curso superior toma a condição de ser um “investimento em si mesmo”.

Retomando a produtiva presença dessa estratégia, aponto que a apresentação do estudante universitário como um vitorioso, um conquistador ou mesmo aquele que ultrapassa os adversários irrompe em Vestibular/ZH com uma relativa recorrência no período em análise. O fragmento abaixo traz um primeiro campo de visibilidade para essa perspectiva.

Como fez o **Internacional**, milhares de vestibulandos pretendem **conquistar um título inédito** em menos de 20 dias: o de estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (**UFRGS**). Então,

será preciso seguir a receita do Inter. **Como todo campeão**, a equipe **não poupou treinamento**. Fernandão (na foto, à direita) **treinou** pênaltis **exaustivamente** na quinta-feira, três dias antes da **partida final**. No mesmo instante, alunos do **Unificado** (à esquerda) assistiam a aulas em Porto Alegre. Uma situação normal de quem se prepara para uma **disputa acirrada**.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 531, 20 de dezembro de 2006)

Nesse fragmento, a idéia de conquista aparece vinculada a um clube de futebol do Estado do Rio Grande do Sul, o Internacional. O clube, na semana em que essa capa foi veiculada, obteve o título de campeão mundial interclubes, um título de repercussão e representatividade em todo o mundo. Fernandão, capitão da equipe, teve uma construção midiática ligada à noção de liderança vitoriosa, sendo um dos principais responsáveis por aquele título. A essa grande conquista da equipe de futebol, Vestibular/ZH comparou estrategicamente o processo vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o mais concorrido do Estado. Nessa aproximação – conquista no futebol e vestibular –, o caderno apontou que o treinamento é o caminho para as conquistas. Um estudante que treinar “de verdade” vencerá essa disputa acirrada, como é caracterizado o ingresso em uma universidade pública. Está dito que o que faz a diferença é cursar o pré-vestibular Unificado, e silenciam-se as condições oferecidas por um bom curso de Ensino Médio.

Outra perspectiva aproximada da idéia de conquista está ligada ao mercado de trabalho, entendido, no próximo fragmento, no sentido produtor de oportunidades.

Oportunidade e mercado promissor era o que **a estudante procurava**. **E não foi difícil** encontrar entre as **engenharias**. Naquele ano, o **grupo Gerdau** passou a oferecer **quatro bolsas** anuais aos **primeiros colocados** no Vestibular para o curso de Engenharia Metalúrgica.
- **Estudei muito para ficar entre os quatro**. Gostava de matemática – conta a executiva da Gerdau.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 514, 23 de agosto de 2006)

Uma aproximação entre conquista e oportunidade é aparentemente natural. Afinal, para toda conquista, espera-se uma conjunção de oportunidades. Nesse caso, procuro mostrar que tal relação emerge marcada por outras interfaces, em especial, os indicativos de um mercado promissor. Ou seja, a conquista somente será completa se o mercado de trabalho estiver lhe esperando. Escolher um curso superior passa, então, inevitavelmente, pelas possibilidades abertas pelo mercado, especialmente por aquelas ligadas às empresas

internacionais. No que se refere a esse mercado promissor, o fragmento mostra uma sutil preferência por áreas tecnológicas, no caso, a engenharia, e o privilégio de algumas áreas do conhecimento, aqui a matemática. Talvez esse pequeno excerto nos mostre que a conquista tem um endereço, que fica bastante próximo das demandas promissoras do mercado. Não se conquista nada aleatoriamente, não é possível tornar-se um empreendedor autonomamente: há um regime de verdade que posiciona, valida e consolida as perspectivas de conquista.

A conquista também é apresentada como realização pessoal, o alcance de um sonho planejado durante um bom tempo. Entretanto, esse sonho consumado tem um preço, medido por horas de estudo e trabalho psicológico.

Para Thiago, o **sonho consumado** agora com a **vaga no ITA** foi o **prêmio** para cinco anos de preparação, **que consumiram mais de 12 horas de estudos diários e trabalho psicológico**.
- Tem de ter muita **força** para manter a **rotina pesada** de estudos e a calma na hora da prova. O **apoio da família**, dos amigos e dos professores foi fundamental – diz Thiago.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 535, 10 de janeiro de 2007)

Ser aprovado no vestibular de uma grande universidade tecnológica é uma notável conquista. Thiago, estudante gaúcho aprovado para o vestibular do ITA, foi apresentado pela edição do caderno Vestibular/ZH de 10 de janeiro de 2007 como um modelo a ser seguido. Uma das imagens que compõem essa capa mostra um jovem branco usando óculos, com um sorriso nos lábios, vestindo uma camiseta com a logomarca de um curso pré-vestibular e segurando em cada uma de suas mãos uma pilha de livros, cadernos e apostilas de estudo. Ao fundo da fotografia, aparece supostamente a sua casa, cercada com grades. No portão, está afixada uma faixa, parabenizando-o: “Valeu Thiago! UFA! Parabéns pela Aprovação no ITA e no IME/2007. Homenagem da tua família pelo teu esforço, dedicação e perseverança”. Esse jogo de perseverança, esforço e dedicação é apresentado na manchete da edição com um nome: conquista. Essa noção de conquista, com seu caráter individualizante, tem sido visibilizada próxima às questões de treinamento, esforço, oportunidade, mercado promissor e sonho realizado.

A racionalidade operante na estratégia das conquistas individuais e permanentes privilegia despertar no indivíduo a vontade de não apenas vencer o outro, mas também de vencer a si mesmo. Aparenta que o indivíduo é aprisionado ao desejo de vencer

permanentemente, fazendo com que a todo momento ele percorra (e busque superar) os seus próprios limites. Esse sujeito universitário, ao fazer da educação superior um investimento em si mesmo, tem suas condutas conduzidas na direção de uma superação de si – um universitário que desconhece seus limites e por isso busca sempre mais.

3. Gerencie seus talentos!

Historicamente, a noção de vocação apresentava uma conotação religiosa. Ser um vocacionado movia-se em um campo de significação que posicionava o sujeito como possuidor de disposição natural, talento ou dom para a realização de alguma tarefa – características inatas de alguém que já nascia destinado. Em articulação com a estratégia da conquista, mostrarei como tenho notado que, nas paisagens da contemporaneidade, marcadas pelo neoliberalismo, a perspectiva da vocação ganha uma nova significação, ainda ligada a um chamado natural, mas agora distante do chamado divino.

O sujeito universitário é chamado a servir com seus talentos naturais ao mercado, princípio organizador das sociedades liberais. Na versão norte-americana do neoliberalismo, sob os princípios da teoria do capital humano, a relação entre o sujeito e a escolha do seu trabalho movimenta-se sob dois componentes: “compreendendo um dom natural genético e um conjunto adquirido de capacidades produzidas, como resultado do investimento privado na educação e em recursos culturais similares” (PETERS, 2002, p.221).

Os modos de pensar o sujeito nestes tempos alteram-se para uma perspectiva que posiciona o mercado como eixo regulador da vida social e, como tal, tende a exercer uma forma de governo que vai muito além do domínio do econômico. Assim, entendo, das enunciações e visibilidades do material analisado, que o chamado vocacional emana de outro princípio metafísico: as relações de mercado. A racionalidade governamental que vejo operar nesse campo convida os sujeitos universitários a produzirem e gerenciarem os seus talentos para manterem-se ativos do ponto de vista econômico. Sendo que o mercado é bastante volátil, a meta desse gerenciamento aproxima-se da busca de uma segurança na carreira.

Isto equivale a dizer que ele não tem em sua natureza (ou carrega em si) um a priori econômico, mas, pelo contrário, que ele é alguém que pode e

deve ser levado a se comportar dessa ou daquela maneira no mundo da economia – o que, na lógica neoliberal, equivale a dizer simplesmente no mundo (VEIGA-NETO, 2000, p. 197).

Então, entendo que dizer que determinada profissão traz consigo a exigência de uma vocação ou de um talento natural não se constitui como um problema em si mesmo. Não quero dizer que sou contrário ou não à lógica da vocação, pois, ao me distanciar desse entendimento inatista de conhecimento, essa não é uma questão que me desafia. Apenas quero enfatizar que essa narrativa do gerenciamento dos talentos, nos materiais analisados, está a serviço de uma lógica do mercado, ou seja, a vocação emergente dessas tramas emana de outro deus, ou seja, de outro centro regulador. Essa perspectiva estabelece uma aproximação com a racionalidade anteriormente descrita, pois, tal como consegui ler até o momento nos materiais, a conquista somente seria efetiva aos vocacionados, isto é, para poucos, para aqueles que seguiram o chamado de algumas profissões e aceitaram gerenciar seus talentos conforme o caminho proposto por Vestibular/ZH. Passo agora a apresentar algumas das recorrências nas quais consigo visualizar tais enunciados.

Nos currículos, as **instruções militares** se misturam às disciplinas, e o **estudante precisa estar preparado para desenvolver o corpo e a mente com muita disciplina.**

- É como a **Medicina** ou o **sacerdócio**: é preciso **ter vocação e se dedicar integralmente**. Aqueles que pensam que terão apenas um emprego não conseguirão se adaptar – alerta o chefe da seção de Comunicação Social do Comando Militar do Sul, coronel Eduardo Pantoja.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 515, 30 de agosto de 2006)

Tendo optado pela arma de Cavalaria, aos 27 anos, o 1º tenente Ustra é hoje oficial do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda – Regimento Osório. E não se arrepende da **escolha**: as noites de pouco sono, **muito estudo** e **vigília constante** lhe renderam a **estabilidade** e a **despreocupação com o mercado de trabalho.**

- Nos formamos e temos **emprego garantido**. Quem sai de uma faculdade ainda tem de procurar oportunidades – diz.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 515, 30 de agosto de 2006)

A edição 515 do caderno Vestibular/ZH apresenta as carreiras militares e, para visibilizar tal objetivo, utiliza as falas de dois jovens bem-sucedidos na carreira militar. A lógica com a qual a noção de talentos se articula é a estabilidade na carreira escolhida, ou a preocupação com o mercado de trabalho. Entretanto, gostaria de mostrar o caráter construído dessa noção: esse talento é lido como produto de uma escolha. Diferentemente daquela clássica noção de vocação associada a uma abnegação por uma causa metafísica,

essa noção agora é regida por um princípio de escolha. Veiga-Neto (2000) mostra como esse sujeito produzido no liberalismo contemporâneo, por ele caracterizado como “sujeito-cliente”, é marcado pelo seu potencial de escolha. “Este sujeito-cliente é entendido como portador de uma faculdade humana fundamental, que seria anterior a qualquer determinação social: a capacidade de escolher” (VEIGA-NETO, 2000, p. 199). Assim, em um primeiro momento, essa racionalidade está aproximada da noção de capacidade de escolha. É tamanha a ênfase atribuída à escolha de uma carreira militar, que aparentemente nem mesmo há uma diferenciação entre emprego e vida. Você é o seu trabalho!

Outra possibilidade que se movimenta nas margens dessa estratégia remete à perspectiva de que, para a realização do talento, se faz preciso um conjunto de saberes prévios. Um estudante apenas se tornará um bom desenhista se já possuir bons conhecimentos na área, por exemplo. Isso talvez reafirme os modos como essa racionalidade não apenas assume a perspectiva da escolha como princípio, como também a coloca no registro dos saberes adquiridos. O talento é construído nas condições de aprendizagem de cada sujeito. Os fragmentos abaixo apontam algumas dessas visibilidades.

Quem busca a vaga no curso de Música deve demonstrar habilidade com um instrumento. Para o Teatro, o candidato deverá representar um dos monólogos indicados pela Universidade, ainda a serem definidos. E para as Artes Visuais, **os vestibulandos deverão desenhar**. [...]
- Nós verificamos nas Artes Visuais, por exemplo, a linha, a proporção, a qualidade gráfica que ele tem. Mas **queremos é uma amostra do potencial**, ver se pode ser aperfeiçoado – diz a **coordenadora** da Comgrad em Artes Visuais, Laura Castilhos.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 563, 25 de julho de 2007)

- **Você já imaginou um aluno que não sabe nada de biologia entrar no curso de Medicina?** Ou alguém que não sabe nada da matemática ingressar em uma Engenharia? Pois, da mesma forma, não há como entrar no curso de Música sem saber tocar um instrumento – compara a **professora** Lúcia Becker Carpena, coordenadora da Comissão de Graduação (Comgrad) em Música.

(Fonte: Vestibular/ZH, Edição 563, 25 de julho de 2007)

Assumir os seus talentos naturais e gerenciá-los passa pelo domínio de conhecimentos prévios e, ao mesmo tempo, pela busca da realização pessoal no mercado de trabalho. Preciso reforçar o modo como essa racionalidade governamental do gerenciamento dos talentos remete ao campo individual, no qual pode parecer que o chamado seja para realizar-se em um mercado exigente. Ainda gostaria de mostrar quem está falando nestes últimos dois fragmentos: professoras. Não são *experts* da psicologia, da

gestão empresarial ou da economia, mas professoras, o que talvez mostre como esse discurso pedagógico contemporâneo está tramado com discursos empresariais. Nessa ordem do discurso (FOUCAULT, 2006), como todas, marcada por interdições e exclusões, as professoras já estão autorizadas a falar, dada a aproximação de campos discursivos. Procurando explicar um pouco mais, insisto que a professora dirige a formação de seus alunos para uma lógica empresarial, o que não lhe dá legitimidade para falar sobre a área empresarial. A capa que segue mostra um destaque atribuído ao enunciado da vocação.



Figura 1

A capa, em um dos boxes¹ à direita, ao lado da manchete principal, mostra a ideia de duplicidade vocacional, ou seja, além de realizar-se na escolha de uma profissão, ainda é importante realizar-se na função social que ela representa (no caso, a militar). Talvez possamos constatar que essa dupla realização (conquista e vocação/talento natural)

¹ Segundo Lustosa (1996), um *boxe* tem como função “possibilitar uma melhor descrição de um ambiente ou de um personagem, a fim de permitir ao leitor situar diferentes elementos que interferem na informação principal da notícia” (p. 165).

encaminhe para uma combinação de que a produção de um sujeito universitário exige uma formação diversificada, mas isso não está apenas no nível da transmissão/construção de saberes, sendo também atravessado por um conjunto de condutas (competências) a serem desenvolvidas. O gerenciamento dos talentos passa a ser uma condição do sujeito universitário contemporâneo. Afinal, o mercado quer os bons!

4. Universitários S/A: o jogo do liberalismo contemporâneo

Procurando historicizar rapidamente as noções de governo, poderíamos notar que sua compreensão ultrapassa o registro de um Governo de Estado, pois essa prática é diluída pelos vários espaços sociais: o governo na casa, o governo na família, o governo na escola. Examinando-se esse conceito a partir de uma perspectiva foucaultiana, vê-se que na Modernidade ocorreu um deslocamento do espaço do exercício de poder: não se seguia um modelo de soberania onde prioritariamente se administrava um território, emergindo um modelo governamental em que a população passa a ser o alvo (FOUCAULT, 2007a). Esse deslocamento aparentemente simples evidencia uma nova forma de governar, apontada por Foucault desde a literatura anti-Maquiavel:

[...] a definição do governo não se refere de modo algum ao território. Governam-se coisas. Mas o que significa esta expressão? Não creio que se trate de opor coisas a homens, mas de mostrar que aquilo a que o governo se refere é não um território e sim um amplo conjunto de homens e coisas (FOUCAULT, 2007a, p. 282).

Ao operar nesse registro, não estou dizendo que não exista um governo de Estado, apenas digo que ele faz mais que gerir um território. Ou, de forma mais enfática, talvez estejamos assistindo a uma “governamentalização do Estado”, uma multiplicação das atividades de governo do Estado conduzidas por uma racionalidade governamental. Essa racionalidade é explicitada quando o Estado “descobre a economia e faz da população o seu principal objeto” (VEIGA-NETO, 2000, p 181). Em face disso, podemos notar que ocorreu uma progressiva estatização das ações de governo, fazendo outro uso do próprio poder. “Assim, é graças ao seu caráter microscópico e ‘pervasivo’ que o poder se torna quase invisível e, por isso, ainda mais efetivo” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952).

Com esse entendimento mais microscópico do poder, que tende a mostrar que as práticas de governo são mais sutis, pois “gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” (FOUCAULT, 2007a, p. 291), começo a utilizar o conceito de *governamento* para me referir a essas práticas mais minuciosas.

[...] parece-nos mais apropriado usarmos a palavra *governamento*, e não *governo*, para designar todo o conjunto de ações de poder que objetivam conduzir (*governar*) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros ou, em outras palavras, “que visam estruturar o eventual campo de ação dos outros” (Foucault, 1995, p. 244). Com isso, deixamos a palavra *governo* para designar tudo o que diz respeito às instâncias centralizadoras do Estado e usamos *governamento* para designar todo o conjunto de ações – dispersadas, disseminadas e microfísicas do poder – que objetivam conduzir ou estruturar as ações (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952).

Posicionando-me junto a esses entendimentos de *governamento*, chego até o conceito de *governamentalidade*, que indiretamente tentei ir mostrando no jogo das capas do caderno Vestibular/ZH. Por *governamentalidade*, estou considerando uma multiplicidade de práticas de *governamento* que tomam como alvo uma população e tomam os saberes da economia como estratégias de ação. De forma mais clara, valho-me da explicação de Foucault (2007a) desse conceito, ainda que a citação seja mais uma vez longa:

Com essa palavra quero dizer três coisas:

1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
2. A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de *governo*, 10 sobre todos os outros – soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de *governo* e de um conjunto de saberes.
3. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco *governamentalizado* (FOUCAULT, 2007a, p. 291-292).

Tomando a *governamentalidade* como um conjunto de práticas de *governamento* que se dá no detalhe, minuciosamente, podemos pensar o liberalismo como um dos modos de pensar as estratégias de *governamento*. Entendo o liberalismo não como uma doutrina

política ou econômica, mas como um conjunto de práticas que se dão em dois níveis: no nível do sujeito e no nível da população (VEIGA-NETO, 2000). De forma mais simples, pode-se argumentar que a racionalidade liberal é movimentada por um racionalismo econômico extremo, “que vê o mercado não apenas como um mecanismo superior de alocação para a distribuição de recursos públicos escassos, mas também uma forma superior de economia política” (PETERS, 2002, p. 212).

Ao longo das últimas décadas, esses modelos de Estado têm entrado em crise, seja em suas vertentes socialistas, seja em suas possibilidades ligadas ao Estado de Bem-Estar Social. Governava-se demasiadamente, o que se considerou como uma prática anti-econômica e bastante trabalhosa. Estamos assistindo, então, a uma reconfiguração das formas de governamentalidade, marcada pelo refinamento de suas estratégias. Esse novo liberalismo, neoliberalismo, numa perspectiva foucaultiana, “consiste no deslocamento e na sutílização de técnicas de governo que visam fazer com que o Estado siga a lógica da empresa, pois transformar o Estado numa empresa é muito mais econômico – rápido, fácil e lucrativo” (VEIGA-NETO, 2000, p. 198).

É no contexto desse novo liberalismo que se constitui o sujeito universitário visibilizado pelos enunciados de Vestibular/ZH. Um universitário produtivo economicamente, capaz de administrar sua vida pessoal e profissional em uma lógica empresarial, uma lógica de mercado. Esse sujeito toma a si mesmo como alvo de investimentos capazes de potencializá-lo para manter-se ativo no mercado de trabalho. O sujeito produzido e produtivo nas paisagens neoliberais “é aquele que é capaz de participar competindo livremente e que é suficientemente competente para competir melhor fazendo suas próprias escolhas e aquisições” (idem, p. 199-200). Com isso, nas duas estratégias descritas, tramadas pela governamentalidade neoliberal como fio condutor (o estar na universidade como uma conquista – a lógica empreendedora – e a escolha da profissão como demanda do mercado – gestão dos talentos), o sujeito universitário é interpelado a produzir-se em uma cultura de empresa. Universitário S/A!

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- BELL, Daniel. O Advento da Sociedade Pós-industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DEAN, Mitchell. Governmentality: power and rule in modern society. London: Sage, 1999, p. 9-27 (Tradução Ricardo Uebel).
- FISHER, Rosa M. B. *Foucault e a análise de discurso em Educação*. Cadernos de Pesquisa, n. 114, 2001.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ª ed. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Microfísica do Poder*. Organização de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2007a, p. 277-293.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 13ª ed. São Paulo, Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- LUSTOSA, Elcias. O texto da notícia. Brasília: Ed. UNB, 1996.
- PETERS, Michael. Governamentalidade neoliberal e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 211-224.
- SENNETT, Richard. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia. São Paulo: Loyola, 2002.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (orgs.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 179-217.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. *Inclusão e Governamentalidade*. Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, 2007, p. 947-963.